

**Demonstrações Financeiras FonteCred
Sociedade de Crédito Direto S.A.**

Carta de Apresentação

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a **FonteCred Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”)** apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras da **Companhia** referentes ao semestre encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório dos Auditores Independentes;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre saliente que a Administração da **Companhia** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorções.

GUSTAVO RESENDE RIBEIRO
Diretor Geral e de Contabilidade

FELIPE FERREIRA BRAZ DA SILVA
Contador CRC 1SP331427/O-3



Demonstrações Financeiras FonteCred Sociedade de Crédito Direto S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da **FonteCred Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”)** relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A **Companhia** é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a **Companhia**, registrou nas suas receitas de intermediação financeira o montante total de R\$ 8.969 milhões, representando uma alta de 123,39% sobre as receitas.

A administração da **Companhia** agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

FonteCred Sociedade de Crédito Direto S.A.

*Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro
de 2022 com Relatório do Auditor Independente*

Conteúdo

Relatório do auditor sobre as Demonstrações Financeiras	2
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às informações semestrais	10



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da
FONTECRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FONTECRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FONTECRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à “sociedade”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da “Sociedade” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da “sociedade” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “sociedade” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Sociedade” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “Sociedade” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Sociedade”.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Sociedade”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Sociedade” não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2023.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP013744/O-1

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	160	128	Contas a pagar		924	295
Operações de crédito	6	2.194	1.853	Obrigações tributárias	8	135	94
Imposto de renda e contribuição social	10	175	34	Obrigações trabalhistas e fiscais		198	112
Outros ativos	7	350	75	Obrigações sociais e estatutárias	9	205	105
				Outros passivos		103	18
Total do ativo circulante		2.879	2.090	Total do passivo		1.565	624
Não circulante				Patrimônio líquido	9		
Operações de crédito	6	1.647	1.297	Capital social		3.000	3.000
Outras imobilizações de uso		274	146	Reserva legal		49	22
Total do ativo não circulante		1.921	1.443	Reserva de lucros		186	-
				Prejuízos acumulados		-	(113)
				Total do patrimônio líquido		3.235	2.909
Total do ativo		4.800	3.533	Total do passivo e do patrimônio líquido		4.800	3.533

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

FonteCred Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º Semestre 2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Receitas da intermediação financeira		5.075	8.969	4.015
Operações de crédito	6	583	1.104	857
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros		4.483	7.856	3.158
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	9	9	-
Despesas da intermediação financeira		(108)	(211)	(111)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(108)	(211)	(111)
Resultado bruto da intermediação financeira		4.967	8.758	3.904
Receitas (Despesas) operacionais		(4.921)	(7.815)	(3.911)
Receitas de prestação de serviços	12	2.332	3.957	2.176
Despesas administrativas	12	(5.860)	(9.481)	(4.463)
Despesas de pessoal	12	(915)	(1.470)	(1.208)
Despesas tributárias	12	(479)	(824)	(417)
Outras receitas (despesas) operacionais		1	3	1
Resultado operacional		46	943	(7)
Imposto de renda e contribuição social	10	(131)	(412)	(25)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(85)	531	(32)

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

FonteCred Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Semestre 2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>(85)</u>	<u>531</u>	<u>(32)</u>
Resultado abrangente total	<u>(85)</u>	<u>531</u>	<u>(32)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

	<u>Reservas</u>				<u>Total do patrimônio líquido</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	
Em 1º de janeiro de 2021	3.000	22	-	(82)	2.940
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(32)	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.000	22	-	(113)	2.909
Lucro líquido do exercício	-	-	-	531	531
Destinações:					
Reserva legal	-	27	-	(27)	-
Reserva de lucros	-	-	186	(186)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(205)	(205)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.000	49	186	-	3.235
Saldo em 30 de junho de 2022	3.000	22	-	503	3.525
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(85)	(85)
Destinações:					
Reserva legal	-	27	-	(27)	-
Reserva de lucros	-	-	186	(186)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(205)	(205)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.000	49	186	-	3.235

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

FonteCred Sociedade de Crédito Direto S.A.
 Demonstrações do fluxo de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Semestre 2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(85)	531	(32)
Ajuste por:			
Constituição para perdas associadas ao risco de crédito	108	211	111
Depreciação	22	40	26
	45	782	105
Variações de ativos e passivos:			
Operações de crédito	(208)	(902)	(466)
Imposto de renda e contribuição social	114	398	-
Outros ativos	(276)	(275)	(13)
Contas a pagar	742	629	234
Obrigações tributárias	31	41	(41)
Obrigações trabalhistas e fiscais	100	86	47
Outros passivos	19	85	16
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	567	844	(118)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(306)	(539)	(33)
Imposto de renda dos juros sobre o capital próprio pago	-	-	(18)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	261	305	(169)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de imobilizado e intangível	(140)	(168)	(89)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(140)	(168)	(89)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos	-	(105)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(105)	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	121	32	(258)
Caixa e equivalentes de caixa no começo do exercício	39	128	386
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	160	160	128
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	121	32	(258)

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

A **FonteCred Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”)**, é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Lagoa da Prata, estado de Minas Gerais, no Brasil. A **Companhia** tem como objeto social, a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Financeiras da **Companhia** estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.910/21 do CMN e da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da **Companhia** e foram por ela aprovadas em 31 de janeiro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da **Companhia**. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, os quais estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.3. Operações de crédito e provisão para crédito em liquidação duvidosa

Operações de crédito e provisão para crédito em liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

3.4. Outras imobilizações de uso

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A vida útil dos bens móveis, equipamentos e instalações são de 10 anos, com depreciação anual de 10%. A taxa de depreciação se manteve no decorrer do exercício de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

3.5. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

3.6. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a **Companhia** tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.7. Capital social

O investimento efetuado na **Companhia** pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

3.8. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A **Companhia** avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

3.9. Tributos

Tributos sobre as receitas

As receitas estão sujeitas à tributação de PIS, COFINS E ISS às alíquotas de 0,65%, 4% e 5%, respectivamente.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mês para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.10. Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

3.11. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

3.12. Resolução CMN 4.966/21 – Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, a instituição elaborou o seu Plano de implementação da regulamentação contábil para os próximos anos e mantém à disposição do Banco Central do Brasil.

A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Nosso plano de implementação é composto pela revisão das atividades impactadas, desenho do modelo ideal, implementação dos requerimentos exigidos pela norma, ambiente de testes e ajustes necessários para a entrada em produção. O encerramento dos trabalhos de implementação está previsto para 2024. O plano inicial poderá ser impactado ao longo do processo considerando a emissão e/ou atualizações das normas pelo Bacen.

4. Principais práticas contábeis

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

- **Provisão para crédito em liquidação duvidosa:** Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos exercícios de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Disponibilidades	108	128
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Cotas de fundos de investimentos	52	-
	<u>160</u>	<u>128</u>

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>
Aplicações	2.210
Resgates	(2.167)
Remuneração	9
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>52</u>

Os títulos e valores mobiliários incluem as operações relacionadas à aquisição de cotas de fundos e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa da Administração de realização em até 12 meses.

a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	<u>2º Semestre 2022</u>	<u>01/01/2022 à 31/12/2022</u>	<u>01/01/2021 à 31/12/2021</u>
Títulos de renda fixa - Cotas de fundos de investimentos	9	9	-
	<u>9</u>	<u>9</u>	<u>-</u>

6. Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operação de crédito:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Financiamentos	3.836	2.792
Empréstimos	284	491
Provisão para crédito em liquidação duvidosa	(279)	(133)
	<u>3.841</u>	<u>3.150</u>

b) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Operações</u>	<u>PCLD</u>	<u>Operações</u>	<u>PCLD</u>
A vencer	3.942	(175)	3.186	(91)
Vencidos				
De 01 a 14 dias	34	(5)	24	(3)
De 15 a 30 dias	20	(5)	15	(3)
De 31 a 60 dias	26	(11)	19	(5)
De 61 a 90 dias	19	(9)	10	(5)
De 91 a 120 dias	13	(9)	7	(5)
De 121 a 150 dias	9	(8)	5	(4)
De 151 a 180 dias	8	(8)	4	(4)
Acima de 181 dias	49	(49)	13	(13)
	<u>4.120</u>	<u>(279)</u>	<u>3.283</u>	<u>(133)</u>

c) Movimento da provisão para crédito e liquidação duvidosa:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	<u>(133)</u>	<u>(22)</u>
Adições	(146)	(111)
Saldo final	<u>(279)</u>	<u>(133)</u>

d) Resultado das operações de crédito:

	2º Semestre 2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Rendas de empréstimos	57	123	108
Rendas de financiamentos	542	997	749
Descontos concedidos	(16)	(16)	-
	583	1.104	857

7. Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	194	14
Seguro Prestamista	153	41
Adiantamento a colaboradores	-	20
Outros	3	-
	350	75

8. Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS a recolher	56	43
Impostos sobre serviços tomados	40	27
ISS a recolher	20	15
IOF a recolher	19	9
	135	94

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da **Companhia** é de R\$ 3.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da **Companhia**, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela **Companhia**, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da **Companhia**, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou R\$ 49 de reserva legal.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou R\$ 205 de juros sobre o capital próprio.

d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

10. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto de renda	108	-	21	-
Contribuição social	67	-	13	-
	175	-	34	-

b) Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social:

	2° Semestre 2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Resultado antes do IR e CS	46	943	(7)
Alíquota fiscal combinada	40%	40%	40%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(18)	(377)	3
(Adições) Exclusões permanentes			
Brindes	(1)	(1)	(6)
Compensação de prejuízo fiscal	(12)	90	14
Juros sobre o capital próprio	82	82	-
Efeito majoração alíquota CSLL - Corrente	(4)	(4)	-
Parcela isenta do adicional de 10%	12	24	8
IR e CS no resultado do exercício	59	(186)	19
Total de despesa de IR e CS	(131)	(412)	(25)
Alíquota efetiva	-127%	20%	269%

11. Resultado não recorrente

Eventos não recorrentes	31/12/2022
Efeito da majoração de alíquota de CSLL	4
Resultado não recorrente	4

12. Receitas (despesas) operacionais

a) Receitas de prestação de serviços:

	2° Semestre 2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Confecção de cadastro - Pessoa física	1.891	3.303	2.040
Corretagem de seguros	425	615	74
Confecção de cadastro - Pessoa jurídica	16	39	62
	2.332	3.957	2.176

b) Despesas administrativas:

	2° Semestre 2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Serviços do sistema financeiro	(3.203)	(4.917)	(1.250)
Processamento de dados	(1.045)	(1.592)	(711)
Serviços de terceiros	(444)	(818)	(883)
Serviços técnicos especializados	(342)	(701)	(671)
Aluguéis	(228)	(378)	(192)
Propaganda e publicidade	(83)	(156)	(127)
Comunicações	(87)	(160)	(96)
Transporte e combustível	(81)	(144)	(98)
Viagens e hospedagens	(54)	(100)	(90)
Manutenção e conservação de bens	(24)	(36)	(26)
Depreciação	(22)	(40)	(26)
Serviços de vigilância e segurança	(13)	(26)	(13)
Energia elétrica e água	(9)	(22)	(15)
Promoções e relações publicas	(6)	(12)	(59)
Outras despesas administrativas	(219)	(379)	(206)
	(5.860)	(9.481)	(4.463)

c) Despesas de pessoal:

	2° Semestre 2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
Proventos	(579)	(868)	(670)
Encargos sociais	(155)	(255)	(237)
Benefícios	(100)	(190)	(122)
Treinamento	(61)	(116)	(142)
Honorários da diretoria	(20)	(41)	(37)
	(915)	(1.470)	(1.208)

d) Despesas tributárias:

	2° Semestre 2022	01/01/2022 à 31/12/2022	01/01/2021 à 31/12/2021
COFINS	(297)	(518)	(248)
PIS	(48)	(84)	(40)
Imposto sobre serviços prestados	(117)	(198)	(109)
Outros impostos	(17)	(24)	(20)
	(479)	(824)	(417)

13. Gerenciamento de riscos

Estrutura de gerenciamento de risco operacional, mercado e crédito A **Companhia**, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a **Companhia** conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

Risco de mercado: Os instrumentos financeiros da **Companhia** são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da **Companhia**.

Risco de crédito: O processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado de fornecedor terceiro. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.

Risco de liquidez: A **Companhia** trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa.

Risco operacional: A análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades da **Companhia**, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes. Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos.

GUSTAVO RESENDE RIBEIRO
Diretor Geral e de Contabilidade

SILAS DE MELO FURTADO
Diretor

FELIPE FERREIRA BRAZ DA SILVA
Contador CRC 1SP331427/O-3